

Eólica Lagoa Nova
S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Eólica Lagoa Nova S.A.

Lagoa Nova - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Lagoa Nova S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Lagoa Nova S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

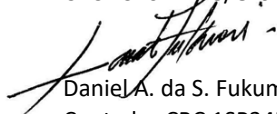
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Eólica Lagoa Nova S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivos	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa	5.a	1.058	331	Fornecedores	12	2.467	2.442
Contas a receber	6	2.103	2.080	Financiamentos	13	4.988	11.603
Adiantamento a fornecedores	7	1.293	74	Obrigações tributárias		196	316
Tributos a recuperar		-	8	Imposto de renda e contribuição social a recolher		252	227
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	1.370	1.128	Obrigações sociais e trabalhistas		140	38
Despesas pagas antecipadamente	9	302	1.506	Arrendamentos	10	34	15
Mútuos com partes relacionadas	21	604	604	Outras contas a pagar		531	136
Estoques		60	5				
Total do ativo circulante		6.790	5.736	Total do passivo circulante		8.608	14.777
				Financiamentos	13	84.302	82.328
Contas a receber	6	5.451	5.535	Obrigações tributárias		496	495
Fundos vinculados	5.b	19.238	15.286	Arrendamentos	10	3.921	2.882
Depósitos judiciais	25	3.132	3.608	Provisão para desmobilização	14	2.155	1.777
Mútuos financeiros com partes relacionadas	21	310	-	Parcelamento de tributos		164	-
Despesas pagas antecipadamente	9	4	-				
				Total do passivo não circulante		91.038	87.482
Total realizável a longo prazo		28.135	24.429	Patrimônio líquido	16		
Direito de uso	10	5.499	4.587	Capital social		82.296	82.929
Imobilizado	11	137.801	145.523	Prejuízos acumulados		(3.717)	(4.913)
Total do ativo não circulante		171.435	174.539	Total do patrimônio líquido		78.579	78.016
Total do ativo		178.225	180.275	Total do passivo e patrimônio líquido		178.225	180.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Lagoa Nova S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	17	<u>24.070</u>	<u>25.195</u>
Custos de operação	18	<u>(13.549)</u>	<u>(13.825)</u>
Lucro bruto		<u>10.521</u>	<u>11.370</u>
Despesas gerais e administrativas	19	<u>(991)</u>	<u>(804)</u>
Outras receitas operacionais		<u>149</u>	<u>-</u>
Outras despesas operacionais		<u>-</u>	<u>(192)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>9.679</u>	<u>10.374</u>
Receitas financeiras	20	<u>354</u>	<u>291</u>
Despesas financeiras	20	<u>(7.963)</u>	<u>(10.470)</u>
Resultado financeiro		<u>(7.609)</u>	<u>(10.179)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>2.070</u>	<u>195</u>
Imposto de renda e contribuição social	15	<u>(874)</u>	<u>(876)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>1.196</u></u>	<u><u>(681)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Lagoa Nova S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>1.196</u>	<u>(681)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>1.196</u>	<u>(681)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Lagoa Nova S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		79.858	(215)	(4.232)	75.411
Subscrição de capital		3.071	(3.071)	-	-
Integralização de capital	14	-	3.286	-	3.286
Prejuízo do exercício		-	-	(681)	(681)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		82.929	-	(4.913)	78.016
Redução de capital	14	(633)	-	-	(633)
Lucro líquido do exercício		-	-	1.196	1.196
Saldos em 31 de dezembro de 2020		82.296	-	(3.717)	78.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Lagoa Nova S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos tributos		2.070	195
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	11	6.658	8.159
Custo de captação apropriado ao resultado	11	7	4
Depreciação	9	7.250	7.242
Baixa de ativo imobilizado	9	520	-
Provisão para desmobilização	12	-	(82)
Ajuste a valor presente de desmobilização	12	378	-
Amortização de direitos de uso	8	188	93
Juros sobre passivo de arrendamento	8	280	293
		17.351	15.904
Variações em:			
Contas a receber	6	61	500
Tributos a recuperar		8	(1)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(242)	(308)
Outras contas a receber		-	1.157
Depósitos judiciais		476	(2.791)
Estoques		(55)	(5)
Mútuos com partes relacionadas	19	(310)	(604)
Adiantamento a fornecedores		(1.219)	(30)
Despesas pagas antecipadamente	7	1.200	(435)
Fornecedores	10	25	768
Obrigações sociais e trabalhistas		102	(71)
Obrigações tributárias e parcelamentos de tributos		(9)	594
Imposto de renda e contribuição social a pagar		25	(27)
Outras contas a pagar		395	136
		17.808	14.787
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de juros de financiamentos	11	(6.709)	(7.893)
Pagamento de IR e CS		(820)	(753)
		10.279	6.141
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de			
Aquisição ao ativo imobilizado	9	(48)	(960)
		(48)	(960)
Fluxo de caixa (utilizado) nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento			
Pagamento de principal de financiamentos	11	(4.589)	(3.961)
Custo de captação de financiamentos	11	(8)	(36)
Pagamento de arrendamentos	8	(322)	(299)
Integralização de capital	14	(633)	3.286
Fundos vinculados	5.b	(3.952)	(4.595)
		(9.504)	(5.605)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de			
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		727	(424)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.a	331	755
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.a	1.058	331
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		727	(424)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Eólica Lagoa Nova S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima por ações, de capital fechado, controlada pela Serras Holding S.A., que detém 100% de suas ações. A controladora final do grupo é a Echoenergia Participações S.A. A Companhia foi constituída em 24 de setembro de 2010, estabelecida na Avenida Dr. Silvio Bezerra de Melo, 464 A, sala 03, centro, município de Lagoa Nova, estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Serra de Santana II, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Lagoa Nova, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 15 unidades geradoras de 2,0MW, totalizando 30,0MW de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW Médios)	Garantia física (MW Médios)
EOL Serra de Santana II	Res. 468/2011	03/08/2011	35 anos	30	13,5

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia com vencimento em março de 2036:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW médio)	Preço contratado atualizado (b)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Serra de Santana II	LER 5/2010 (a)	13,50	209,90	IPCA	Setembro

(a) *Leilão de Energia de Reserva*

(b) *Valor em R\$ em 31 de dezembro de 2020*

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$1.818 (R\$9.041 em 31 de dezembro de 2019). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, suportado pelos contratos de longo prazo para fornecimento de energia firmados com seus clientes e eventuais aportes de capital dos sócios, se necessário, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo.

1.3 Pandemia da COVID-19

a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho home office para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

Nas plantas operacionais e projetos em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia faz o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a

Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia atua. A seguir está elencada a principal conta acompanhada pela Companhia.

i. Receita e contas a receber

As receitas da Companhia estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia. A redução da receita apresentada nas demonstrações de resultado da Companhia, refere-se a diminuição do fluxo de ventos em 2020 frente a 2019, e não estão relacionadas a medidas para combate a pandemia da COVID-19.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber da Companhia, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeira foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Direito de uso e arrendamentos (nota explicativa nº 8) - principais premissas em relação a definição da taxa implícita nos contratos de arrendamento;
- Imobilizado (nota explicativa nº 9) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para custos de desmobilização (nota explicativa nº 12) – principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 20) – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo;

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o

	método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra

outros resultados abrangentes. A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 20.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, as quais limitam-se ao prazo da autorização, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos

de depreciação e as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Equipamento de comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 13. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são:

Desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,64% a.a. (7,64% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

d. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica)

Os contratos da Companhia possui características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas anualmente e quadrienalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem

custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são

recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das demais receitas que não compõem a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para

fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,58% a.a.(10,58% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor (USD 5).

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

5 Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos de caixa e bancos	16	54
Aplicações financeiras (a)	1.042	277
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.058	331

- (a) Refere-se à aplicação Compromissadas,, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 100,3% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2020 (95,5% em 31 de dezembro de 2019).

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco do Nordeste (BNB) (Contas Reserva da Dívida) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante. As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia mantidas junto ao banco administrador das dívidas constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos.

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva de debêntures	565	514
Centralizadora	2.124	2.080
Reserva O&M	783	770
Reserva especial (i)	12.703	8.920
Reserva de dívida BNDES	3.063	3.002
Total	19.238	15.286

- (i) Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas reservas especiais e só poderá ser destinada para pagamento de dividendos ou outra ocasião aprovada pelos credores. Nos períodos comparativos não tivemos distribuição dos recursos aportados na conta, acumulando os saldos da conta reserva.

6 Contas a receber

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Transações realizadas no ACR (a)	7.554	7.615
Total	<u>7.554</u>	<u>7.615</u>
Circulante (b)	2.103	2.080
Não circulante (c)	5.451	5.535

- (a) Ambiente de Contratação Regulada - Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.
- (b) Refere-se aos créditos oriundos da liquidação financeira positiva no mercado de curto prazo (liquidação CCEE). Os valores compreendem saldos em aberto da liquidação financeira da CCEE, decorrentes da situação temporária da Câmara, em que liminares judiciais suspenderam o pagamento do GSF pelos agentes geradores de fonte hidráulica afetando o recebimento dos demais agentes. Com a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 895 de 01 de dezembro de 2020 é esperado que todos os valores oriundos do GSF sejam pagos pelos agentes devedores ao longo de 2021, e conseqüentemente todo o saldo represado seja liberado também em 2021. Desta forma, A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.
O saldo apresentam os montantes de excedentes anuais e quadrienais formados e em recebimento e o anual em formação.
- (c) Refere-se aos excedentes quadrienais de geração de energia em formação dos contratos ACR, . O valor total está previsto para recebimento a partir de julho de 2022 caso a Companhia continue performando geração de energia excedente.

7 Adiantamento a fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamentos a fornecedores (i)	1.293	74
Total	1.293	74
Circulante	1.293	74

- (i) Refere-se a saldo de adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços

8 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda a recuperar	1.360	1.128
IRRF	10	-

Total	1.370	1.128
Circulante	1.370	1.128

(ii) Refere-se a saldo de adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços

9 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Seguros a apropriar	302	101
Fianças e compromisso	4	381
Manutenção antecipada	-	1.024
Total	<u>306</u>	<u>1.506</u>
Circulante	302	1.506
Não circulante	4	-

10 Direito de uso e Arrendamentos

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados. Desde 1º de janeiro de 2019 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do direito de uso em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrada abaixo:

	2020			
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	4.587	1.100	(188)	5.499
Total do ativo	<u>4.587</u>	<u>1.100</u>	<u>(188)</u>	<u>5.499</u>

	2019			
	Valor líquido em 01/01/2019	Adoção inicial CPC 06 (R2) (*)	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	-	4.680	(93)	4.587

Total do ativo	-	4.680	(93)	4.587
-----------------------	---	--------------	-------------	--------------

Composição dos saldos do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamento	<u>3.955</u>	<u>2.897</u>
Total	<u>3.955</u>	<u>2.897</u>
Circulante	34	15
Não circulante	3.921	2.882

A movimentação do passivo de arrendamento, para o período findo em 31 de dezembro de 2020, está demonstrada abaixo:

	2020				
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	2.897	1.100	(322)	280	3.955
Total	<u>2.897</u>	<u>1.100</u>	<u>(322)</u>	<u>280</u>	<u>3.955</u>

	2019				
	Saldo em 01/01/2019	Adoção inicial(*)	Pagamentos	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	-	2.903	(299)	293	2.897
Total	<u>-</u>	<u>2.903</u>	<u>(299)</u>	<u>293</u>	<u>2.897</u>

(*)No momento do reconhecimento inicial a Companhia reconheceu R\$2.903 ao valor presente das contraprestações de arrendamento e R\$1.777, referente ao custo com desmobilização do parque arrendado.

11 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Vida útil	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	450	-	450	925
Máquinas e Equipamentos	15-30 anos	173.926	(36.722)	137.204	144.446
Benfeitorias	30 anos	170	(29)	141	147
Móveis e utensílios	16 anos	7	(1)	6	5
Total		174.553	(36.752)	137.801	145.523

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	2020				
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em andamento	925	45	(520)	-	450
Máquinas e Equipamentos	144.446	3	-	(7.245)	137.204
Benfeitorias	146	-	-	(5)	141
Móveis e utensílios	6	-	-	-	6
Total	145.523	48	(520)	(7.250)	137.801

	2019				
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em andamento	-	948	(23)	-	925
Máquinas e Equipamentos	151.647	12	23	(7.236)	144.446
Benfeitorias	152	-	-	(6)	146
Móveis e utensílios	6	-	-	-	6
Total	151.805	960	-	(7.242)	145.523

Determinados ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 13.

12 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e serviços (a)	527	438
Provisões (b)	204	719
Fornecedores partes relacionadas (c)	1.512	1.285
Outros	224	-
Total	2.467	2.442

- (a) Refere-se a obrigações referentes a manutenção do parque eólico.
 (b) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes a manutenção dos parques, onde a Companhia ainda não recebeu as referidas faturas.
 (c) Conforme nota explicativa 19.

13 Financiamentos

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos BNDES	2,65% a.a. + TJLP	Out/2032	89.290	93.931
Total			89.290	93.931
Circulante			4.988	11.603
Não Circulante			84.302	82.328

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	97.658
Juros incorporados a dívida	8.159
Custo de captação	(36)
Custo de captação incorrido	4
Juros pagos	(7.893)
Amortização do principal	(3.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	93.931
Juros incorporados a dívida	6.658
Custo de captação	(8)
Custo de captação incorrido	7
Juros pagos	(6.709)
Amortização do principal	(4.589)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	89.290

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

Vencimento em:	31/12/2020
2021	4.988
2022	5.161
2023	5.538
2024	5.994
2025	6.489
2026 a 2032	56.132
Total	84.302

a. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penho dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, que são monitoradas pela Companhia, como segue:

- (a) Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- (b) Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.
- (c) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas em contrato.
- (d) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (e) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30. Tal índice é medido pela Controladora.
- (f) Manter os contratos de serviço e manutenção vigentes.

14 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque eólico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2049.

No ano exercício de 2019, a Companhia estimou como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 18.303, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de R\$ 7,64% reconheceu o valor presente de R\$ 1.776 e sobre este valor anualmente serão reconhecidos os ajustes a valor presente.

	Provisão para desmobilização
Saldo em 31 de dezembro de 2018	82
Estorno de provisão de anos anteriores	(82)
Provisão registrada durante o ano	1.777
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.777
Ajuste a valor presente	378
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.155

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período de 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 874 (R\$ 876 em 31 de dezembro de 2019).

	31/12/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	24.982	24.982
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.999	2.998
Demais receitas	354	354
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	570	304
Alíquota efetiva	24%	9%
	31/12/2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	26.144	26.144

Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.092	3.137
Demais receitas	291	291
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	569	307
Alíquota efetiva	24%	9%

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito, autorizado e integralizado é de R\$ 82.296 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 82.929 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 211.880.635 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2020 houve redução de capital no montante de R\$ 633 (em 31 de dezembro de 2019 houve integralização de capital no montante de R\$ 3.286).

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Como a Companhia possui prejuízo acumulado, não houve destinação para dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, pois, o lucro líquido do exercício foi utilizado para absorver parte dos prejuízos acumulados. .

17 Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de energia elétrica (a)	24.982	26.144
PIS	(163)	(169)
COFINS	(749)	(780)
Deduções da receita	(912)	(949)
Receita Operacional Líquida	24.070	25.195

- (a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração de energia própria no ambiente de contratação regulada (ACR).

18 Custo de geração

Custos	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depreciação	(7.250)	(7.242)
Amortização de direito de uso	(188)	(93)
Compartilhamento de custos (i)	(561)	(530)
Engenharia e gestão de processos O&M	(2.725)	(2.997)
Encargos de conexão e transmissão	(1.545)	(1.522)
Gastos com pessoas	(488)	(589)
Serviços de terceiros	(334)	(289)
Taxas e alvarás diversos	(115)	(148)
Seguros	(201)	(123)
Outros	(142)	(292)
Total	<u>(13.549)</u>	<u>(13.825)</u>

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Controladora final Echoenergia Participações S.A. aos quais são reembolsados pela Companhia, conforme nota explicativa nº 20.

19 Despesas gerais e administrativas

Custos	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Compartilhamento de despesas (i)	(841)	(634)
Serviços de terceiros	(113)	(76)
Legais, judiciais e publicações	(37)	(94)
Total	<u>(991)</u>	<u>(804)</u>

- (i) Os saldos de compartilhamento de despesas referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Controladora final Echoenergia Participações S.A. aos quais são reembolsados pela Companhia conforme nota explicativa nº 20

20 Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Rendimento de aplicação	354	291
Receitas financeiras	<u>354</u>	<u>291</u>
Juros sobre financiamentos	(6.658)	(8.159)
Ajuste a valor presente da provisão para desmobilização	(378)	-
Fianças e comissões bancárias	(391)	(1.142)

Juros sobre arrendamento	(280)	(293)
Outros	(256)	(876)
Despesas financeiras	(7.963)	(10.470)

21 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Ativo - Mútuos financeiros com partes relacionadas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serras Holding S/A (i)	914	604
Total	914	604

Passivo - Compartilhamento de custos (ii)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Echoenergia Participações (ii)	1.512	1.285
Total	1.512	1.285

Resultado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Compartilhamento de custos (ii)	(561)	(530)
Compartilhamento de despesas (ii)	(841)	(634)
Total transações no resultado	(1.402)	(1.164)

- (i) Refere-se a mútuos estabelecidos pela Companhia no valor de R\$ 914, não havendo incidência de juros nesta operação com vencimento previsto para dezembro de 2021 e 2022.
- (ii) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio de dá com base na com base na garantia física homologada pela ANEEL para a Companhia em face do total de garantia homologada para todo o grupo. Os principais gastos compartilhados são:
- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação e;
 - Despesas legais e advocatícias e seguros.

b. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores do Grupo Echoenergia são remunerados pela controladora final Echoenergia Participações S.A e as despesas são compartilhadas entre todas Companhias do Grupo, conforme contrato de compartilhamento de despesas.

22 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Caixas e equivalentes de caixa	5.a	16	-	54	-
Aplicações financeiras	5.a	-	1.042	-	277
Fundos vinculados	5.b	-	19.238	-	15.286
Contas a receber	6	7.554	-	7.615	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	10	2.467	-	2.442	-
Financiamentos	11	89.290	-	93.931	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (*)	31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado

Bancos e aplicações financeiras	5.a	Nível 2	1.058	1.058	331	331
Contas a receber	6	Nível 2	7.554	7.554	7.615	7.615
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	19.238	19.238	15.286	15.286
Fornecedores	10	Nível 2	2.467	2.467	2.442	2.442
Financiamentos (a)	11	Nível 2	89.290	89.290	93.931	93.931
Total			119.607	119.607	119.605	119.605

(a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos são similares ao valor contábil, devido ao fato de que, os respectivos financiamentos foram contraídos e sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2020.

(*) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

23 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo

com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o contas a receber da Companhia são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	1.058	331
Fundos vinculados	5.b	19.238	15.286
Contas a receber	6	7.554	7.615
Total		27.850	23.232

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxos de caixa contratuais				
	31/12/2020	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos
Fornecedores	2.467	2.467	-	-	-
Financiamentos	89.290	11.116	23.012	34.628	67.333
Total	91.757	13.583	23.012	34.628	67.333

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Variação das taxas de juros e índices	31/12/2020	31/12/2021			
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP (a)	4,39%	4,47%	0,08 p.p	0,10 p.p	0,12 p.p
IPCA	4,23%	3,30%	(0,93) p.p	(1,16) p.p	(1,40) p.p
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (b)	2,76%	3,37%	0,61 p.p	0,76 p.p	0,92 p.p
Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2020	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	TJLP	89.290	3.991	4.989	5.987
Total		89.290	3.991	4.989	5.987
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	20.280	683	854	1.025

(a) Taxa de juros de longo prazo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

24 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos

subsequentes.

	2021	2022	2023	2024	2025 a 2037
(CUST / CCT) (a)	3.164	3.164	3.164	3.164	41.132
Contratos de (O&M) (b)	2.736	2.831	2.930	3.025	39.325
Total	5.900	5.995	6.094	6.189	80.457

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2021 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2020 (julho/21 a junho/20) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2022 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2020/2021.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

c) Fianças bancárias

Por imposição contratual derivada dos contratos de financiamentos, debêntures e fornecedores a Companhia possuía compromissos futuros de contratar fianças bancárias.

25 Contingências

Em 31 de dezembro de 2020, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Todavia, tramitam processos possíveis de perda os quais são mencionados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Fiscais (a)	-	791
Cível (b)	110	-
Total	110	791

- (a) A Companhia possui ações de caráter fiscais, as quais estão detalhadas abaixo: Processos referem-se a ISS arbitrados pela prefeitura e atualmente em discussão, no valor total de R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 791 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia e seus assessores jurídicos entendem que tal ação possui probabilidade remota. Adicionalmente, a companhia possui depósitos judiciais no valor de R\$ 3.132 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.608 em 31 de dezembro de 2019, mas que a Companhia entende que a possibilidade de perda seja remota.
- (b) Processo no qual a Companhia é requerida a indenizar o proprietário do imóvel, decorrente de danos ao seu imóvel causado pela rede elétrica instalada no parque eólico

26 Eventos subsequentes

Na data de emissão destas Demonstrações Contábeis, a Companhia avaliou e concluiu que não houveram eventos subsequentes à serem divulgados.